



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

ARP nº 01/2021

PROCESSO nº 0001693-59.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº 38/2020.

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº. **21.366.809/0001-01**, com sede na Rua Veterano Manoel Avelino, nº. 386, Bairro Jardim Nazle. Rio Branco/AC. CEP: 69.918-074, Telefone(s): (68) 2102.8947, (68) 99213.9424, (68) 99204-8968 e (69) 2141-7351, E-mail(s): erlande@circuitosengenharia.com.br, erlandesantos@gmail.com e naydson@circuitosengenharia.com.br, neste ato representada pelo senhor **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº. 353.518 /SSP-AC e CPF nº. 817.412.272-91, CREA 20651/D-AC, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>Unid .</i>	<i>Qtd .</i>	Critério de valor em R\$ Valor global <u>bruto</u> (com BDI e sem desconto) R\$	Percentual de desconto ofertado e homologado no certame (*)	Valor global <u>líquido</u> (com BDI e <u>com desconto</u>) em R\$
01	Item 01 do Edital. Manutenção /	Unid	01	6.972.352,20	20%	5.577.881,76



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Reforma Predial. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÃO S PREDITIVAS, PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DE REFORMAS PARA MANUTENÇÃO S PREDIAIS, nos termos e condições estabelecidos no edital de licitação respectivo e em seus anexos:					
--	--	--	--	--	--

* Percentual de Desconto OFERTADO sobre o valor global bruto e que será aplicado nos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, sendo que as demandas terão como valor de referência a mesma tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia - da data da licitação - e permanecerão inalteradas pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da licitação.

Obs.: O detalhamento do BDI encontra-se no evento 0544859 (anexo VIII do Termo de Referência) e o detalhamento da proposta da empresa encontra-se no evento 0639588, ambos do Processo SEI respectivo.

2. As demandas serão autorizadas de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, mediante a expedição de Ordem de Serviços e celebração de Contrato respectivo, conforme do Termo de Referência respectivo.

3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

8. No TRE-RO, a **Gestão** deste objeto será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou por seu substituto legal, e a **Fiscalização** deste objeto será exercida por um representante da Administração definido para a Ordem de Serviço, aos quais caberão as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 20 de janeiro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 10:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 21/01/2021, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/01/2021, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 21/01/2021, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 38/2020 - Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. **Análise recursal** – Empresa Recorrente: **T F ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ nº 23.972.729/0001-25.

PARECER JURÍDICO Nº 299 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0544786](#)).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0612502](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 248/2020-PRES/DG/AJDG ([0619067](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0619412](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. Todas as publicações mencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme eventos [0619468](#) e [0620105](#).

04. Foi protocolado pedido de impugnação ao edital pela empresa A. C. L. Furtado EIRELI, alegando que a o item 9.3, alínea “a” do Edital solicita documentação habilitatória sem previsão legal.

05. Por sua vez, na Decisão – Impugnação 01 – ACL FURTADO EIRELI – EPP ([0623541](#)), o pregoeiro, embasado na manifestação da unidade técnica (Manifestação nº 44/2020 – PRES/SAOFC/COSEG/SEMAP – [0622534](#)), deu provimento ao pedido e considerando que esta decisão altera as cláusulas do Edital, suspendeu a sessão do referido PE ([0623544](#)).

06. Diante disso, o TR nº 14/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEMAP ([0623557](#)), contendo as alterações do necessárias, foi elaborado pela SEMAP e o titular da SAOFC dispensou novo parecer jurídico e nova aprovação pela DG, uma vez que o aludido documento técnico modificou apenas a capacidade técnica, não havendo alteração no objeto, consoante Despacho nº 2160/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0624622](#)).

07. A comprovação de publicação da suspensão do certame foi juntada no evento [0630042](#). O Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2020 foi REPUBLICADO conforme eventos [0630096](#) e [0631259](#).

08. Houve um pedido de esclarecimento por parte da empresa MULTCOM ENGENHARIA ([0631391](#)) a respeito das informações que a proposta deve conter, de algumas regras sobre o preenchimento do formulário/proposta e dos anexos ligados diretamente à proposta, que serão analisados na fase de julgamento de proposta, o que foi devidamente respondido pelo pregoeiro ([0631412](#)). Não houve impugnação ao Edital.

09. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0639520](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame – **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 21.366.809/0001-01 ([0639543](#)), e proposta ajustada ([0639588](#));

c) respectivos documentos de habilitação – qualificação técnica da empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** ([0639707](#), [0639715](#), [0639718](#), [0639719](#), [0639721](#) e [0640291](#));

d) E-mail com informação da empresa TF Engenharia de que a empresa primeira colocada (CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.) participou da elaboração do projeto base (Anexos II e III) e, com base no art.; 9º da Lei nº 8.666/93, não podia ter participado do certame ([0639746](#)).

e) Solicitação nº 176/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0639749](#)), o Pregoeiro solicita análise da unidade demandante (SEMAP) sobre os documentos de qualificação técnica apresentados pela empresa primeira colocada CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. e, manifestação a respeito do apontamento no e-mail encaminhado pela empresa **TF Engenharia**, evento [0639746](#), de que a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA participou da elaboração do projeto base e que, portanto, não poderia estar participando deste do certame.

f) Manifestação da unidade técnica – SEMAP ([0639953](#) e [0640195](#)) informando que a proposta da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. está de acordo com o exigido no procedimento licitatório e que a documentação apresentada pela empresa **ATENDEU** quanto aos requisitos de qualificação técnica, seja TÉCNICO-OPERACIONAL seja TÉCNICO-PROFISSIONAL, conforme análise da SEMAP, e pela manifestação da improcedência porquanto se trata de levantamento de valores conforme o disposto no Decreto 7.983/2013;

g) Razões de Recurso interposto pela licitante **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP** ([0647297](#));

h) Contrarrazões ao recurso apresentada pela licitante vencedora **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** ([0647298](#));

i) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0647300](#)) e,

j) Ata do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0644879](#)) .

10. O pregoeiro apresenta seu Relatório nº 71/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação do item e homologação do certame ([0644861](#)).

11. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 1- [0647303](#)). **É o relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

12. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

13. Na republicação do aviso ([0630096](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

14. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo pregoeiro ([0631412](#)). Houve um pedido de impugnação ao edital o qual foi julgado procedente, como resultado o TR foi ajustado e o edital do certame foi republicado ([0623541](#)).

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0639520](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0542632](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0644861](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SEMAP), o qual respondeu aos questionamentos de ordem técnica levantados pelas empresas recorrentes e opinou na classificação e na aceitação do item, conforme Manifestação nº 47/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0639953](#)).

g) Fase de Habilitação: A empresa: **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0639707](#), [0639715](#), [0639718](#), [0639719](#) e [0639721](#)). A unidade técnica manifestou-se pela regularidade da documentação ([0639953](#)), dessa forma a citada licitante foi considerada habilitada (item 5.4 Fase de habilitação – Relatório 71([0644861](#))).

h) Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito o pregoeiro manteve a decisão atacada, mediante os fatos e fundamentos expostos na sua manifestação ([0647300](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto do único item caberá a autoridade superior.

15. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

16. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

17. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

18. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

19. Em análise ao mérito o pregoeiro entendeu por desconsiderar as razões recursais apresentadas pela empresa T F Engenharia e Representações Ltda. - EPP, entendeu como insuficientes e infrutíferas as alegações apresentadas ([0647297](#)).

20. Em suas razões de recurso, noticia em síntese a recorrente que:

I – O fato da Planilha Orçamentária apresentada ter sido elaborada mediante a conjugação de esforços com a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, seria suficiente para impedir sua participação no presente certame, com fundamento no art. 9º, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

II – Embora reconheça-se que parte da doutrina administrativa diverge ao conferir sentido uniforme às expressões Termo de Referência (próprio da legislação aplicável à licitação na modalidade de pregão) e Projeto Básico (próprio da Lei 8.666/93), é certo que a participação, na condição de licitante, daquele que participou na elaboração do documento deve ser rechaçada, por suspeição e quadro de assimetria de informações entre concorrentes.

Ao final pede a reforma da decisão que declarou vencedora a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., por afronta ao princípio da moralidade, da isonomia e da impessoalidade.

21. Por sua vez a empresa contrarrazoante e vencedora do certame (Circuitos Engenharia e Representações Ltda.) se defende dizendo em síntese o seguinte ([0647298](#)):

I - O TR deve contemplar, ao menos, (i) o objeto do certame; (ii) quantitativo; (iii) Especificação do objeto; (iv) valor estimado da licitação; (v) justificativa; (vi) cronograma; (vii) classificação orçamentária etc.

II - No caso concreto, o TR foi elaborado pela Seção de Manutenção Predial (preâmbulo do Anexo XIII) e assinado pelo engenheiro Antônio Roberto dos Santos Ferreira. Estes servidores, direta ou indiretamente, é que, pela norma, estão, por questões óbvias, impedidos de participar do certame, porque são autores do projeto.

III - o orçamento detalhado [-questionado-] serve apenas para garantir que o preço final da contratação seja condizente com os valores praticados no mercado, evitando-se superfaturamento e outros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos à Administração. (fl. 45. AMORIM, Victor Aguiar. Licitações e Contratos administrativos: teoria e jurisprudência. Senado Federal).

Finaliza requerendo seja negado provimento ao recurso, e a manutenção da decisão do pregoeiro.

22. Primeiramente, destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou o ponto alegado pela recorrente, em sua Manifestação 47 ([0639953](#)).

23. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0647300](#)).

24. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente. A empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. não teve nenhuma responsabilidade na elaboração do projeto, sua participação no certame se restringiu a fase externa, como a de qualquer empresa do ramo de atividade interessada em participar e ao final sagrar-se vencedora do certame.

25. Não se pode aplicar o teor do artigo 9º da Lei 8.666/93 as empresas que colaboram na fase da formação de preços para um certame. Nessa questão andou bem o pregoeiro em suas colocações ([0647300](#)), vejamos:

11. Ora, quando se trata de vedação de participação, deve o Pregoeiro restringir-se ao previsto na lei e no edital. Ausente cláusula editalícia ou legal que expressamente restrinja a participação de empresa que tenha atuado na fase de levantamento de preços, não pode o Pregoeiro criar tal restrição.

12. Se assim fosse, inaugurar-se-ia nova interpretação no sentido de que empresas que participem na formação de preços estariam impedidas de participar da licitação. Tal situação é deveras grave e traria, em tese, a negativa das empresas do ramo em informar seus preços na fase de cotações, visto que, com isso, estariam impedidas de participar do futuro certame. Assim, o órgão demandante jamais teria uma cotação de preços de empresas especializadas. Além disso, essa nova interpretação deveria estar expressa, tanto na cotação quanto no edital e na lei, anteriores à abertura do certame, o que não se verifica no presente caso.

13. Outrossim, o fato da licitante vencedora haver informado a composição de preços na fase de cotação não a torna privilegiada em relação às demais empresas. Até porque todas as interessadas podem ter acesso aos autos, que são de caráter público, bem como efetuar visitas nos locais de execução para terem plena ciência de todas condições necessária à adequada elaboração de suas propostas. Se a recorrente não efetuou tais diligências, o deixou de fazer por opção.

26. Rechaçando os argumentos da empresa recorrente, vamos citar aqui a inteligência da Corte Nacional de Contas em seus acórdãos, onde defende que a formação de preços deve levar em consideração as contratações específicas com fornecedores, contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anteriores e vigentes do próprio órgão e de outros órgãos, dentre outras formas.

- **Acórdão nº0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO**

Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços. **9.1.** determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (sem grifos no original)

- **Acórdão nº 2637/2015 – Plenário**

As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cotação de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.
(sem grifos no original)

27. Portanto, o fato de na elaboração da formação de preços ter sido utilizada planilha de um contrato do próprio órgão, independentemente qual seja a empresa contratante, isso não fere a lisura do certame, o procedimento é de praxe nas contratações públicas e se encontra amplamente amparado pelo Tribunal de Contas da União.

28. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso (0647300 e 0648392), com suporte em normas pertinentes ao assunto.

29. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou ótima vantagem, conforme registrado na ata do certame ([0644879](#)).

31. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

32. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

33. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

b) pela homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

34. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 12/01/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Apreciação do recurso interposto pela licitante TF ENGENHARIA. Homologação do Pregão Eletrônico nº 38/2020.

DESPACHO Nº 35 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nos dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura SEMAP (evento [0544786](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº. **38/2020** ([0630044](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

Houve um pedido de esclarecimento, o qual foi devidamente respondido e publicado ([0631412](#)), e também uma impugnação ao edital, que foi julgada procedente, resultando na modificação o Termo de Referência e a consequente republicação do certame ([0623541](#)).

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0644879](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0644861](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0639520](#)) e todos os lances na ata do pregão ([0644879](#)).

A melhor proposta, ajustada, foi ofertada pela empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., cuja negociação reduziu o preço ofertado por meio de aumento no percentual de desconto, de 17,81% para 20%. A Unidade Técnica manifestou pela regularidade da proposta ([0640195](#)), motivo pelo qual foi aceita ao preço negociado.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, conforme evento [0639543](#) e proposta ajustada ([0639588](#)). Valor total do certame R\$ 5.577.881,76 (desconto de 20%).

Na fase recursal, a licitante TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP registrou intenção de recurso ([0647295](#)) e apresentou suas razões recursais ([0647297](#)), alegando, em síntese, que: **I** – o fato de a Planilha Orçamentária apresentada ter sido elaborada mediante a conjugação de esforços com a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, seria suficiente para impedir sua participação no presente certame, com fundamento no art. 9º, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; **II** – embora reconheça-se que parte da doutrina administrativa diverge ao conferir sentido uniforme às expressões Termo de Referência (próprio da legislação aplicável à licitação na modalidade de pregão) e Projeto Básico (próprio da Lei 8.666/93), é certo que a participação, na condição de licitante, daquele que participou na elaboração do documento deve ser rechaçada, por suspeição e quadro de assimetria de informações entre concorrentes.

Ao final, requer a reforma da decisão que declarou vencedora a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., por afronta ao princípio da moralidade, da isonomia e da impessoalidade.

Em contrarrazões ([0647298](#)), a licitante CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. aduz que: **I** - o TR deve contemplar, ao menos, (i) o objeto do certame; (ii) quantitativo; (iii) Especificação do objeto; (iv) valor estimado da licitação; (v) justificativa; (vi) cronograma; (vii) classificação orçamentária etc.; **II** - no caso concreto, o TR foi elaborado pela Seção de Manutenção Predial (preâmbulo do Anexo XIII) e assinado pelo engenheiro Antônio Roberto dos Santos Ferreira. Estes servidores, direta ou indiretamente, é que, pela norma, estão, por questões óbvias, impedidos de participar do certame, porque são autores do projeto; **III** - o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamento detalhado [-questionado-] serve apenas para garantir que o preço final da contratação seja condizente com os valores praticados no mercado, evitando-se superfaturamento e outros prejuízos à Administração. (fl. 45. AMORIM, Victor Aguiar. Licitações e Contratos administrativos: teoria e jurisprudência. Senado Federal). Finaliza requerendo seja negado provimento ao recurso, e a manutenção da decisão do pregoeiro.

Em sua manifestação ([0647300](#)), com base nas informações prestadas pela unidade técnica ([0639953](#)), o pregoeiro relatou que conheceu do recurso, posto que tempestivo e adequado. Contudo, no mérito, manteve a decisão atacada (participação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação.

Mediante o Parecer Jurídico nº 299/2021 ([0649283](#)), a Assessoria Jurídica concluiu que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório, bem assim que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso (objetivo alcançado) e transcorrido de forma regular, conforme registrado na ata do certame. Por fim, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e homologação do certame pela autoridade competente. Após, devem retornar os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, com juntada do comprovante nos autos.

É o necessário relatório. Passo à análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas, tendo em vista que ela própria informa em sua peça recursal que a licitante vencedora não é autora do projeto básico, mas da planilha orçamentária, anexa ao termo de referência. Portanto, resta incontroverso que a licitante vencedora não é autora do projeto básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, destaca-se que a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. não teve nenhuma responsabilidade na elaboração do projeto, sua participação no certame se restringiu a fase externa, como a de qualquer empresa do ramo de atividade interessada em participar e ao final sagrar-se vencedora do certame.

Logo, o fato de ter sido utilizada, na elaboração da formação de preços, planilha de um contrato do próprio órgão, independentemente qual seja a empresa contratante, não fere a lisura do certame, visto que é procedimento de praxe nas contratações públicas e se encontra amplamente amparado pelo Tribunal de Contas da União, conforme demonstrado pela AJDG ao citar excertos dos Acórdãos n. 0265-05/10 e 2637/2015, ambos do Plenário.

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro, pautada na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso (0647300 e 0648392), com suporte em normas pertinentes ao assunto, seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0644879](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral:

- a) **Conhece** **do recurso** interposto pela empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP e, **no mérito,** **nega-lhe provimento,** mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;
- b) **ADJUDICA o objeto do certame em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.,** CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e
- c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 38/2020** ([0630044](#)), com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/01/2021, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.